

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Brasil estará na frente da fila de insumo, indica Pequim..... 3

O POPULAR - GO - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Taxas devem diminuir quase 20% com troca de indexador..... 5

AGORA - SP - GRANA
SEGURIDADE SOCIAL

Majoria dos pedidos na fila depende do INSS para a análise..... 7

AGORA - SP - GRANA
SEGURIDADE SOCIAL

Procon multa banco C6 por empréstimo do INSS..... 8

O DIA - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Militares inativos e pensionistas: prova de vida segue suspensa..... 9

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Coronavírus levou quase 40 mil a pedir auxílio-doença..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Abuso de poder por vacinas..... 11

ESTADO DE MINAS - MG - COVID-19
SERVIDOR PÚBLICO

Imunização a "conta-gotas"..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Servidor vai receber R\$ 500 milhões em progressões em 2021..... 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

A vergonha dos fura-filas - ROBERTO FONSECA..... 16

JORNAL DA CIDADE - SE - POLÍTICA/OPINIÃO
CONGRESSO EM FOCO

Centrão já aceita debater pedido de impeachment..... 17

JORNAL DA CIDADE - SE - POLÍTICA/OPINIÃO
CONGRESSO EM FOCO

Congresso recebe 62 pedidos de impeachment..... 18

JORNAL DA CIDADE - SE - POLÍTICA
CONGRESSO EM FOCO

Jurista vê crime de responsabilidade..... 19

JORNAL DA CIDADE - SE - POLÍTICA/OPINIÃO
CONGRESSO EM FOCO

Bancada do DEM está dividida..... 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Esquenta a disputa no Congresso - NAS ENTRELINHAS..... 21

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Teto de gastos não pode ficar intocado", afirma Pacheco 22

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributária deve sair este ano, diz Bolsonaro 25

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arminio: "País arrumado" não tiraria ajuda de uma vez 26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em live, Bolsonaro proíbe resposta de Araújo sobre Biden 27

A TARDE - BA - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Saída da Ford do Brasil: carga tributária ou guerra fiscal além das fronteiras? (2) 28

ALÔ BRASÍLIA - DF - CIDADES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Especialistas discutem tributação 29

JORNAL DA CIDADE - SE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pandemia atrasou reforma tributária 30

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo pode ser obrigado a recorrer a novos auxílios 31

VALOR ECONÔMICO - SP - PRIMEIRA PÁGINA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Fisco já pode pedir falência de empresa em dificuldade 33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Atividade subiu 1,1% em novembro, diz FGV 34

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

A reforma administrativa, para além das despesas (2) 35

Brasil estará na frente da fila de insumo, indica Pequim

Daniel Rittner e Fabio Murakawa De Brasília

O governo Jair Bolsonaro ouviu de autoridades chinesas em Pequim que "parceiros estratégicos", como o Brasil, passarão na frente de outros países na lista de envio de insumos para a produção de vacinas contra a covid-19. Ontem, a Embaixada da China em Brasília divulgou nota em que se compromete a fazer "máximos esforços" para conseguir viabilizar essas exportações para o Brasil.

A sinalização sobre os insumos foi dada ao embaixador do Brasil na China, Paulo Estivallet, pelo ministro de Negócios Estrangeiros do país, Wang Yi. Estivallet teve a oportunidade de conversar com Wang após contato com o chefe do Departamento de América Latina e Caribe do ministério, Zhao Bentang, normalmente o interlocutor máximo da chancelaria chinesa com a comunidade diplomática latino-americana em Pequim.

Os chineses relataram, segundo um auxiliar do presidente, que o atraso no envio dos imunizantes é uma questão técnica, e não política, apesar do desgaste provocado por ataques do presidente Jair Bolsonaro e do chanceler Ernesto Araújo. Diante dos apelos para acelerar o fornecimento, eles responderam que há uma fila de países a serem atendidos, mas que "parceiros estratégicos como o Brasil" estarão na frente da fila, disse esse auxiliar.

Apesar da suposta garantia de boa vontade da China, conforme os relatos, há uma preocupação no governo brasileiro com o "timing" para equacionar o impasse. O que entrou no radar dos negociadores em Brasília é a proximidade do Ano Novo chinês, no dia 12 de fevereiro, quando o país praticamente para por uma semana - é o maior feriado nacional.

O temor é menos com eventuais paralisações na fabricação dos imunizantes por causa do feriado do que uma demora adicional para fazer contatos oficiais, obter licenças com a burocracia chinesa, providenciar soluções logísticas.

Nesses dias costuma haver uma desmobilização geral em empresas e no próprio governo em Pequim. Qualquer pendência fica mais difícil de resolver.

Os auxiliares presidenciais atribuem à pesada

burocracia chinesa, além da falta de produção em escala suficiente para atender todos os países, a demora no envio dos insumos.

"Também foi indicado que a exportação de insumos para vacinas a partir da China está condicionada à aprovação do Grupo de Prevenção e Controle Conjunto do Conselho de Estado, com procedimento aparentemente novo e pouco claro para as diversas agências com as quais a embaixada conversou", diz um telegrama diplomático escrito por Estivallet, conforme reprodução de uma fonte ouvida pelo Valor.

A embaixada em Pequim conversou ainda com representantes do Ministério do Comércio, da Comissão Nacional de Saúde (equivalente ao nosso Ministério da Saúde) e da GAAC (correspondente à **Receita Federal**).

A sinalização dos chineses ocorre no momento em que o país está carente de insumos para a fabricação no país da Coronavac e da vacina AstraZeneca/Oxford. O Instituto Butantan e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) possuem, respectivamente, convênios de transferência de tecnologia para fazer os imunizantes em solo brasileiro.

No **comunicado** divulgado ontem, a embaixada da China em Brasília afirma que "a parte chinesa tem sempre apoiado e continuará apoiando o fortalecimento de cooperação na área de vacinas entre as empresas e instituições dos dois países".

"Em relação à exportação ao Brasil de insumos de vacinas, a Embaixada da China no Brasil tem mantido contatos com a parte brasileira e fará máximos esforços para conseguir avanços sob a premissa de garantir a saúde e segurança", informou a nota.

Ontem, em live nas redes sociais, Bolsonaro negou haver problemas no relacionamento com a China. Ao lado de Araújo, ele também desmentiu estar sofrendo pressões dos asiáticos para substituir o auxiliar. E afirmou que os chineses precisam do Brasil para comer.

"Quem demite ministro sou eu. Ninguém procurou nem ousaria procurar", disse. "O Brasil precisa da China, mas a China também precisa da gente. [...] A relação

de um país com o outro tem interesse, não tem amor."

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#edition/186640

Taxas devem diminuir quase 20% com troca de indexador

Karla Jaime

A Assembleia Legislativa deve apreciar na próxima semana projeto de lei enviado pelo governador Ronaldo Caiado (DEM) na quarta-feira (20), que propõe, em caráter excepcional e com vigência no exercício de 2021, a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em substituição ao Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), na atualização monetária das taxas e multas de serviço estadual e do Judiciário.

A mudança do IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), previsto em 23,08%, para o IPCA, de 4,52%, conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vai representar diferença de quase 20% a menos no valor das taxas pagas pelo cidadão. Dentre elas, taxas para emissão da primeira e segunda vias da Carteira de Identidade, autorização para confecção de placas veiculares, expedição e renovação de CNH, Licenciamento Anual de Veículos e transferência de propriedade de veículos.

Em relação às taxas judiciárias, são cobradas em caso de escritura pública, procuração, testamento, dentre outras. Outros serviços bastante solicitados e que exigem a cobrança de taxas são as vistorias realizadas pelo Corpo de Bombeiro Militar.

Dois exemplos mostram a economia que a mudança de indexador significará para o contribuinte. Na renovação de CNH, com atualização de 23,08% pelo IGP-DI, o custo passaria de R\$ 153,70 para R\$ 189,17; já pelo IPCA, de 4,52%, o valor fica em R\$ 160,65, uma diferença de R\$ 28,52. A mesma comparação no caso da 2ª via de identidade, hoje em R\$ 33,32, resultaria em R\$ 41,01 e R\$ 34,83, conforme os respectivos índices, uma diferença de R\$ 6,18.

A justificativa do governo para apresentar o projeto é o agravamento da crise devido à pandemia do novo coronavírus. Segundo a proposta enviada pela Secretaria de Estado da Economia ao governador, o objetivo é amenizar o impacto decorrente da atualização de valores de taxas e multas.

"Essa é exatamente a postura de um governo que tem que ter responsabilidade e, ao mesmo tempo,

compromisso com a condição econômica e social da população", diz Caiado.

Rápida tramitação

Líder do governo na Assembleia, o deputado Bruno Peixoto (MDB) explica que é necessária rapidez na tramitação do projeto porque as atualizações ocorrem em 1º de fevereiro, "por isso tem de ser votado já na próxima semana". Na segunda (25), o projeto deve ser apreciado pela Comissão Mista.

Como se trata apenas de mudança de indexador para juros e correção monetária, que não integram dispensa de receita, não é preciso ter previsão orçamentária, esclarece o deputado. "É obrigado a ter um índice, mas quando substituo por um mais benéfico, não há renúncia de receita."

Na avaliação do líder do governo, como "o Estado não é instituição financeira que sobrevive de juros" e os indexadores, em especial o IGP-DI, subiram de maneira muito significativa em 2020, é importante mudar para evitar valor exorbitante na correção monetária e nas multas".

O governo federal também deveria adotar essa medida", observa o emedebista.

NEGOCIOS

Governo vai baixar tom contra Huawei

no 5G O governo Jair Bolsonaro-vai adotar um tom mais amigável em relação à participação da chinesa Huawei na tecnologia 5G. A intenção é agilizar a importação da China de insumos para vacinas contra a Covid-19.

Os imunizantes serão produzidos no Brasil pelo Instituto Butantan, em parceria com a farmacêutica chinesa Sino-vac, e pela Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), em acordo com a Universidade de Oxford e o laboratório AstraZeneca.

Nos dois casos, os insumos sairão da China, com quem o governo Bolsonaro mantém uma relação conflituosa. A entrega dos produtos está atrasada e tem afetado o cronograma de produção das vacinas no país.

A China é hoje o maior parceiro comercial do Brasil. Porém, o país asiático é atacado pela ala ideológica do governo alinhamento com o ex-presidente dos EUA Donald Trump. Joe Biden assumiu nesta quarta (20) a Casa Branca.

A Huawei se tomou um dos alvos na gestão Bolsonaro. Gigante chinesa tem pleiteado ser fornecedora de equipamentos para as futuras redes de tecnologia 5G no Brasil.

Assessores no Palácio do Planalto afirmam que, por enquanto, o governo vai baixar o tom dos ataques, embora haja desconforto no embate travado via redes sociais entre o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e o embaixador Yang Wanming.

Durante essa trégua, a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) deverá decidir as regras do leilão do 5G. O certame será o maior da história pelo volume de licenças e está previsto para o fim de junho.

Ao mesmo tempo, o ministro das Comunicações, Fábio Faria, concluirá uma visita a todos os fornecedores globais de equipamentos. Definição das regras e viagem do ministro devem ocorrer em duas semanas.

Embora somente as operadoras participem do leilão, elas terão de contratar a compra de equipamentos para montar as redes 5G. A Huawei é hoje a líder em contratos com os países que lançaram o novo serviço.

A viagem oficial do ministro deverá passar pela Finlândia (sede da Nokia), Suécia (Ericsson). Coreia do Sul (Samsung) e China (Huawei e ZTE). Faria deverá conversar com todos os presidentes globais dessas empresas antes de decidir se haverá motivos para algum tipo de restrição à Huawei.

O ministro também quer saber, ainda segundo assessores, se haverá condições de fornecimento de equipamentos pelos concorrentes caso a Huawei saia do jogo.

Até o momento, não há qualquer evidência de que os equipamentos da gigante chinesa firam as regras de segurança cibernética definidas pela legislação brasileira.

As operadoras já disseram ao ministro que a Huawei está há mais de duas décadas no país. Hoje, a participação da chinesa nas redes é de 45% em umadesteles.

Executivos disseram ainda que a Huawei fornece equipamentos para a **Receita Federal**, Caixa

Econômica Federal e Banco do Brasil. Eles destacam que nunca houve um único caso de roubo de dados ou ataque cibernético. Embora pareça que as operadoras defendam a Huawei, no fundo as operadoras querem proteger o legado das redes já instaladas. (FP)

Site: <https://www.opopular.com.br/digital/22-janeiro-2021/1o-caderno>

Maioria dos pedidos na fila depende do INSS para a análise

Desde setembro de 2020, o número de pedidos de benefícios à espera de análise do **INSS** é maior do que os que dependem de o segurado entregar documentos complementares. Em novembro, dos 1.920.221 requerimentos em análise, 1.250.897 aguardavam o **INSS**. Os dados são do Boletim Estatístico da **Previdência Social** mais recente.

Segundo os advogados Adriane Bramante e Rômulo Saraiva, os processos parados ainda não foram analisados e podem entrar na fila do cumprimento de exigências.

Mais de 1,2 milhão de pedidos aguardavam uma resposta há mais de 45 dias em novembro, prazo estipulado pela legislação.

Segundo o relatório, o tempo médio de concessão de um benefício previdenciário foi de 66 dias.

Quem está na fila há mais de 45 dias pode reclamar da demora à ouvidoria do **INSS**, que tem 30 dias para dar uma resposta ao segurado. Outra opção é recorrer à Justiça, por meio de advogado, e pedir um mandado de segurança para a implantação imediata do benefício.

No TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), responsável por processos de São Paulo e Mato Grosso do Sul, foram distribuídos 10.380 processos previdenciários em 2020.

Embora a maioria dos pedidos dependa do **INSS** para serem concedidos ou indeferidos, 669.324 estão esperando o segurado enviar algum documento complementar e milhares ainda podem parar nessa nova fila após a análise inicial.

O trabalhador à espera do benefício deve ficar atento e se preparar para ter documentos comprobatórios à mão caso seja chamado para cumprir exigência.

O cumprimento de exigências é informado ao segurado por meio de carta, email e pelo Meu **INSS** (aplicativo ou site meu.inss.gov.br). Se perder o prazo da entrega dos documentos solicitados, o trabalhador terá o pedido extinto.

Site: <https://www.pressreader.com/brazil/agora>

Procon multa banco C6 por empréstimo do INSS

O Procon-sp multou o banco C6 em R\$ 7,1 milhões por prática abusiva e outras infrações ao Código de Defesa do Consumidor.

A penalidade vem depois de o Procon ter notificado o banco, em outubro, para pedir explicações sobre a suposta liberação de empréstimos consignados não solicitados. Segundo o órgão afirmou na época, foram registradas 149 reclamações sobre o C6 só em setembro.

A instituição foi punida por dificultar ou impedir o cancelamento de contratos e a devolução dos valores. O procedimento é previsto pela legislação e pode ser feito pela internet ou telefone dentro do prazo de arrendimento, de sete dias.

Procurado, o banco disse não ter sido notificado sobre a multa.

Clientes do C6 relataram ao Agora terem sido vítimas de golpe envolvendo consignados do **INSS**, no qual é feito o empréstimo em seu nome sem autorização. A vantagem pretendida pelo estelionatário é receber comissões e remunerações.

Em outubro, o C6 disse ao Procon que as queixas ao órgão seriam de clientes do Banco Fricsa, adquirido pela instituição para atuar no ramo de consignados.

Depois da notificação, a Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor) determinou a paralisação das operações de consignado do C6, mas a decisão valeu até 31 de dezembro de 2020.

Ainda segundo o Procon, o C6 também não teria prestado todas as explicações solicitadas, por não esclarecer se a devolução da cobrança indevida seria feita com o dobro do valor.

"A empresa aproveitou-se da idade e do fato de os consumidores serem titulares de aposentadoria e pensão, usou os dados das pessoas sem o devido consentimento e transferiu aos consumidores o ônus de comprovar que os contratos não eram válidos", diz o órgão, por meio de nota.

O C6 disse que desde outubro estabeleceu linha direta de contato com o Procon-sp e que representantes do banco chegaram a se reunir com o órgão.

A penalidade será aplicada por meio de processo administrativo e a empresa tem direito à defesa. (Folha)

Site: <https://www.pressreader.com/brazil/agora>

Militares inativos e pensionistas: prova de vida segue suspensa

Foi publicada no Diário Oficial da União de quarta-feira uma portaria do Ministério da Defesa que prorroga a suspensão, até 30 de junho, da prova de vida anual de militares inativos, pensionistas de militares, militares anistiados políticos e dependentes habilitados. A portaria também assegura que está proibido o bloqueio dos créditos relativos a proventos de inatividade e pensões, por falta de realização da comprovação de vida, que volta a acontecer a partir do dia 1º de julho.

Por conta da pandemia, a medida também foi adotada em março passado, sendo prorrogada desde então. Em nota, a pasta informou que "a determinação visa estabelecer medidas de proteção no âmbito do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Singulares para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19)".

INSS Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), que não fizeram a prova de vida entre março de 2020 e fevereiro deste ano também não terão seus benefícios bloqueados. A Portaria 1.266, publicada no Diário Oficial da União (DOU), na quarta-feira, prorroga a interrupção do bloqueio de pagamentos de benefícios até o fim de março.

Essa prorrogação vale para os beneficiários residentes no Brasil e no exterior. De acordo com a portaria, a rotina e obrigações contratuais estabelecidas entre o **INSS** e a rede bancária que paga os benefícios permanecem e a comprovação da prova de vida deverá ser realizada normalmente pelos bancos.

Em situações normais, a prova de vida é feita pelo segurado anualmente para comprovar que ele está vivo e garantir que o benefício continue sendo pago.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/8486/22-01-2021.html>

Coronavírus levou quase 40 mil a pedir auxílio-doença

Eduardo Rodrigues

Quase 40 mil trabalhadores formais precisaram se ausentar por mais de 15 dias do serviço por causa dos efeitos mais graves da covid-19 em 2020. De acordo com a Secretaria de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, 39.532 pessoas receberam o auxílio-doença entre abril e dezembro do ano passado.

Os meses de julho e agosto registraram o maior volume de trabalhadores que precisaram receber o benefício do **INSS** após contraírem o novo coronavírus, com 8.415 e 7.131 respectivamente. No mês passado, foram 3.064 entradas no auxílio-doença por causa da covid-19.

Os cerca de 40 mil trabalhadores que receberam o auxílio no ano passado são apenas uma fração daqueles afetados pela doença, que causou 194.949 óbitos e infectou mais de 7,6 milhões de pessoas no Brasil em 2020. Isso porque a conta mostra apenas os funcionários afastados do serviço por mais de 15 dias. Mas, por se tratar de um vírus de rápida propagação, a recomendação é o afastamento de todos os trabalhadores, mesmo daqueles com um quadro leve de sintomas, por pelo menos 14 dias.

O Ministério da Economia ainda não tem os dados atualizados de todos os pedidos de auxílio-doença em 2020 (faltam os números de dezembro), mas é possível verificar também uma redução nos pedidos relacionados a acidentes de trabalho, em decorrência do aumento do home office, na comparação com os mesmos meses de 2019.

Têm direito ao benefício os trabalhadores com carteira assinada que estejam incapacitados de realizar o serviço habitual por mais de 15 dias consecutivos. O valor mensal do auxílio-doença é de 91% do chamado salário de benefício - que seria o valor da aposentadoria do trabalhador, calculado pela média dos melhores salários com os quais ele já contribuiu para o **INSS**.

Como o auxílio-doença começa a ser pago pelo **INSS** a partir do 16.º dia de afastamento, caberia às empresas bancarem o salário integral dos funcionários nas primeiras duas semanas de afastamento por covid-19. No entanto, a lei que criou o auxílio emergencial em abril autorizou as firmas a

descontarem esses valores da contribuição mensal ao **INSS**, aliviando um pouco esse custo ao setor produtivo.

Com o fim do decreto de calamidade em 31 de dezembro, porém, as empresas voltam a ter de arcar com o custo integral dos trabalhadores afastados por covid-19 nos primeiros 15 dias.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo .

Site:

<https://www.terra.com.br/noticias/coronavirus/coronavirus-levou-quase-40-mil-a-pedir-auxilio-doenca,e6d463ac3d11e7a1f13ce8312a586b77vq4i6cf4.html>

Abuso de poder por vacinas

Fabio Grecchi

O ditado "farinha pouca meu pirão primeiro" está sendo praticado em pelo menos sete estados, neste começo de campanha de vacinação contra a covid-19. As escassas doses da CoronaVac que distribuídas, e que deveriam imunizar pessoas que fazem parte do grupo prioritário, estão sendo aplicadas em gente que não tem pruridos em furar a fila e que não pertence ao perfil que teria de ser atendido primeiramente. Os ministérios públicos estaduais e federal estão apurando oito episódios de oportunismo, sobretudo, porque estão registrados pelos próprios furadores de fila nas redes sociais.

O primeiro caso a vir à tona foi em Manaus, exatamente onde existe uma crise de leitos e de oxigênio na rede pública de saúde, que causou, dias atrás, várias mortes por asfixia e obrigou a prefeitura do município e o governo do estado a repassarem pacientes de covid-19 para outras unidades da Federação. Recém-formados em medicina, David Dallas, filho do deputado estadual Wanderley Dallas (Solidariedade), e as gêmeas Gabrielle e Isabelle Kirk Lins, filhas de um empresário local, fizeram questão de publicar que estavam recebendo a CoronaVac. Das irmãs, uma foi nomeada pela prefeitura na véspera, enquanto os outros dois foram contratados no dia da vacinação. Por conta disso, a prefeitura suspendeu a campanha de imunização a pretexto de uma "reformulação" - forçada pelo Tribunal de Contas do Estado, que havia alertado para episódios de gente furando fila. Um claro abuso de poder.

Na Paraíba, o Ministério Público Federal (MPF) investiga se o prefeito de Pombal, o médico obstetra Abmael de Sousa Lacerda (MDB), o Dr. Verissinho, furou a fila, pois foi a primeira pessoa a tomar a vacina na cidade e não faz parte dos grupos prioritários. Ele tem 66 anos e registrou a imunização em vídeo.

Em Juazeiro do Norte (CE), o vice-prefeito Giovanni Sampaio também foi agraciado com uma dose da CoronaVac. Ele também é médico obstetra e o Ministério Público do Ceará diz que instaurou notícia de fato para apurar "suposta violação das regras de vacinação por um agente público municipal".

O mesmo se repetiu em Jupi (PE). A secretária de Saúde, Maria Nadir Ferro, e um fotógrafo da prefeitura, conhecido como Guilherme JG, tomaram a vacina e entraram na frente do grupo prioritário. Os dois foram afastados dos seus cargos, pois o município recebeu

apenas 136 doses da CoronaVac. Em Alagoas, o MP convocou o youtuber Carlinhos Maia para prestar depoimento. Ele disse que recusou uma oferta para furar fila na vacinação.

No vizinho Sergipe, na cidade de Itabi, o prefeito Júnior de Amintas (DEM), 46 anos, também se sentiu autorizado a furar a fila a pretexto de "incentivar a população a se vacinar". Na Bahia, Reginaldo Prado (PSD), prefeito de Candiba, também se imunizou e garantiu para ele uma das 100 doses repassadas à cidade.

Em Natal, o Ministério Público do Rio Grande do Norte apura denúncias de que funcionários comissionados da prefeitura, que não fazem parte do grupo prioritário, foram imunizados. A denúncia partiu do Sindicato dos **Servidores Públicos** do Município de Natal e aponta para servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social.

E, no Pará, o diretor administrativo do Hospital Municipal de Castanhal, Laureno Lemos, 38, foi demitido após ser acusado de furar a fila da CoronaVac. Ele cedeu a primazia da imunização para Nivalda Pestana, 58, que trabalha há quase 20 anos na lavanderia do hospital e está na linha de frente da covid-19, mas garantiu a segunda dose a ser aplicada.

Imunização a "conta-gotas"

Roger Dias

Depois de superar a ansiedade pela aprovação da CoronaVac, fruto de parceria do laboratório chinês Sinovac com o Instituto Butantan, o Brasil viverá nova dor de cabeça agora pela falta de doses suficientes para consolidar a imunização contra o coronavírus do primeiro grupo prioritário determinado em dezembro pelo Plano Nacional de Imunização. Em todo o território nacional, há até o momento apenas 10,8 milhões de vacinas para serem aplicadas nessa primeira etapa em profissionais de saúde, idosos acima de 75 anos, pessoas com mais de 60 anos em casas de repouso, asilos ou abrigos e população indígena em aldeias.

Do lote, 4.8 milhões ainda precisam de aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Em outra frente, haverá ainda a chegada de 2 milhões de doses da vacina AstraZeneca/Oxford - principal aposta do governo Bolsonaro para iniciar a imunização no país -. que devem desembarcar no aeroporto de Guarulhos hoje à noite, vindo da Índia. Com o reforço de imunizantes, o governo federal espera agilizar o processo e evitar um caos que foi gerado justamente pela falta de planejamento do Ministério da Saúde.

Mesmo com a garantia de que o Brasil teria 300 milhões de doses em 2021, o governo esbarra também na falta de insumos produzidos na China para concluir mais uma compra de lotes da CoronaVac. A negociação de nova remessa de 5,4 mil litros de substâncias renderia pelo menos mais de 5,5 milhões de doses dos imunizantes vindos da Ásia.

O epidemiologista e professor da Universidade de São Paulo (USP) Paulo Lotufo, vê novas dificuldades que vão surgir aos poucos, como o aumento dos preços dos imunizantes em virtude da alta procura: "Estamos em situação péssima. Se tivéssemos antecipado (a compra), teríamos uma quantidade maior de vacinas utilizadas. Quem tem condição de pagar isso é o governo federal. Quando a Sinovac estava sendo testada, o valor era mais barato, assim como a AstraZeneca e as demais. No momento que aquilo se torna testado, todos vão querer".

De acordo com o Ministério da Saúde, o país precisaria de pelo menos 14,8 milhões de vacinas para concluir a vacinação do primeiro grupo prioritário. Com a necessidade da segunda dose contra a COVID-19, o governo precisaria garantir, no mínimo, o dobro. A pasta não trabalha com prazo para terminara primeira

etapa. O plano total vai durar 16 meses, dependendo necessariamente da oferta de vacinas no mercado e de profissionais de saúde disponíveis para a aplicação das doses. O Brasil prevê investimento de R\$ 1,6 bilhão para a compra de mais 60 milhões de imunizantes por meio do convênio Covax Facility, da Organização Mundial de Saúde, mas a previsão de chegada é somente no segundo semestre.

Na visão de Lotufo, o atraso na compra das vacinas se deve à postura do governo, que se envolveu em disputa política em meio à situação de emergência da pandemia: "O governo negou a pandemia, foi contra a vacinação e não preparou nada, não fez compras e atacou quem estava fazendo. Atacou o Instituto Butantan e depois falou que quem a tomasse viraria jacaré. Então, o que está tendo até agora é tudo o que foi feito pelo estado de São Paulo. Toda a culpa é do governo federal".

A professora e microbiologista Giliane Trindade, do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entende que faltou participação mais efetiva dos especialistas em saúde no planejamento da vacinação contra a CO-VID-19 no Brasil: "Temos um imbróglio político e não finalizamos o aporte da quantidade de vacinas ideal. De maneira geral, faltou planejamento eficiente. Quando o governo critica a vacina pela origem do país, isso é inaceitável. Imagina se o Brasil, que tem tradição em produção e distribuição de vacinas, fosse desprezado? O processo já começa mal, porque não foi pautado pela ciência ou pela discussão com os infectologistas e sanitaristas, aqueles que poderiam assessorar".

CRONOGRAMA

A falta de informações mais concretas levou o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, a pedir na segunda-feira que o Ministério da Saúde apresente cronograma para a vacinação. O STF já havia exigido no mês passado que o governo divulgasse o Plano Nacional de Imunização diante do aumento de casos e mortes no país. Segundo o MS, a segunda e terceira etapas da vacinação atingiriam em torno de 34,5 milhões de pessoas, incluindo idosos de 60 a 74 anos e pessoas com morbidades.

A necessidade de aplicar a segunda dose é uma dificuldade a mais, já que existe prazo em torno de três semanas após a aplicação da primeira, o que exige mais doses de forma imediata. "Tem de haver

cuidado com as vacinas de vírus inativado ou aquelas que são construções vias tecnológicas, pois elas sempre demandam reforço, pois é preciso estimular ainda mais o sistema imune. A pessoa corre o risco de não ter sido imunizado corretamente", afirma Giliane Trindade.

MP APURA FURA-FILA

O Ministério Público Federal vai investigar se a fila da vacinação foi furada em 11 estados e no Distrito Federal por políticos, empresários e **servidores públicos**. Em Manaus, a vacinação de profissionais da saúde foi suspensa. Segundo o MP, a decisão foi motivada pela falta de transparência na vacinação e após denúncias de que doses da vacina estavam sendo desviadas para pessoas fora do grupo prioritário. A suspensão da campanha foi definida pelas secretarias de Saúde de Manaus e do Amazonas, após reunião na quarta-feira com MP e Defensoria Pública. A vacinação de duas médicas gerou revolta na população, que as acusa de furar fila. As irmãs Isabelle Kirk Maddy Lins e Cabrielle Kirk Maddy Lins foram vacinadas na terça-feira em Manaus. A vacinação das médicas gerou críticas nas redes sociais por elas serem ricas e pelo fato de o prefeito não dar prioridade a profissionais de saúde que trabalham nos hospitais colapsados com a crise e registro de mortes de pacientes por falta de oxigênio, em Manaus.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/22/01/2021/p1>

Servidor vai receber R\$ 500 milhões em progressões em 2021

Thiago Resende e Bernardo Caram - Brasília

Enquanto busca recursos para bancar programas sociais e o enfrentamento à pandemia, o governo federal já reservou uma conta adicional de R\$ 500 milhões em 2021 para o pagamento de progressões de carreira de **servidores públicos**.

A maior parte tem caráter automático e é concedida sem nenhuma avaliação de desempenho ou mérito.

Neste ano, serão aproximadamente 170 mil beneficiados. Isso significa que um a cada quatro servidores do Executivo federal receberá algum tipo de promoção ou progressão de carreira.

O número mostra apenas uma fatia do custo total aos cofres públicos, já que as progressões também são comuns nos Poderes Judiciário e Legislativo, bem como nos estados e nos municípios.

O custo, portanto, é mais elevado se forem considerados o avanço na carreira para os demais Poderes e entes da Federação.

O Ministério da Economia tenta impedir esses aumentos salariais quase que automáticos para novos servidores. Porém, a proposta que trata do assunto não deu sinal de avanço no Congresso.

A PEC (proposta de emenda à Constituição) da reforma administrativa foi enviada pelo governo à Câmara em setembro do ano passado, mas segue sem previsão de análise.

O texto proíbe progressões automáticas de carreira, como as gratificações por tempo de serviço. A norma valerá apenas para novos servidores, preservando todos aqueles que estiverem na ativa no momento da aprovação da medida.

Além disso, na segunda fase da reforma, o governo pretende regulamentar a avaliação de desempenho. O objetivo é estabelecer regras e critérios de análise de mérito para que os senadores sejam promovidos.

Desde o início da gestão Jair Bolsonaro, o ministro Paulo Guedes (Economia) adotou uma política de enxugamento da máquina pública.

Mesmo sem aprovação de reforma, o governo derrubou as taxas de reposição de servidores que se aposentam. Ou seja, são convocados menos servidores do que aqueles que entram em inatividade.

Em 2020, para cada 100 pessoas que deixaram a ativa no serviço público federal, o governo contratou apenas 26. O índice é o menor dos últimos anos.

Com o enxugamento, o quadro de servidores federais retraiu para o menor patamar em anos. Pela primeira vez desde 2012, o número de profissionais ativos ficou abaixo de 600 mil - está agora em 599,8 mil.

Em uma vitória de Guedes, o governo também conseguiu congelar o salário de servidores da União, estados e municípios até o fim deste ano. A medida foi incluída no pacote de ajuda aos estados durante a pandemia.

Diante da crise causada pela pandemia da Covid-19, que reduziu a renda de milhões de trabalhadores da iniciativa privada e deixou cerca de 5 milhões desempregados entre abril e outubro, Guedes propôs ao Congresso que os salários dos **servidores públicos** federais, estaduais e municipais fossem congelados, assim como as progressões e promoções nas carreiras.

Por pressão política, o Congresso deixou a brecha para que a ascensão nas carreiras ainda fosse permitida. O lobby do funcionalismo é um dos mais fortes entre deputados e senadores.

Apesar dos salários congelados, as progressões automáticas continuam a ser concedidas normalmente. O Ministério da Economia argumenta que os benefícios estão previstos em leis específicas e não podem ser eliminados.

O presidente do Fonacate (Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado), Rudinei Marques, afirma que nem todo servidor progride na carreira automaticamente. Segundo ele, a categoria está aberta a discutir aprimoramentos nos sistemas de avaliação.

"O grosso do serviço público tem progressões por tempo de serviço, mas tem progressão por mérito, os servidores são submetidos a avaliações. Não somos

contra o aprimoramento dessas regras, queremos discuti-las", disse.

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>
14

A alta de despesas como as de progressões pressiona o teto de gastos, que já apresenta risco de rompimento. A regra limita o crescimento das despesas do governo à variação da inflação.

O gasto com pessoal para 2021 deve ficar próximo de R\$ 320 bilhões, segundo dados do projeto de Orçamento. A proposta ainda não foi aprovada pelo Congresso.

Apesar de proporcionalmente baixo, o aumento da despesa por causa das progressões e promoções de servidores acaba tendo impacto nos cofres públicos.

Para ter uma ideia, a equipe de Guedes busca uma forma de cortar ou revisar despesas ainda neste ano em uma faixa entre R\$ 15 bilhões e R\$ 20 bilhões.

A medida é necessária para que o governo não descumpra o teto de gastos -principal âncora fiscal do país, na avaliação de Guedes.

Desde o ano passado, a equipe econômica e congressistas buscam uma fonte de recursos para ampliar o Bolsa Família, criando um novo programa social Divergências entre o governo e o Congresso travaram as discussões.

O time de Guedes defende a fusão de programas existentes para criar o novo benefício. A ideia já foi alvo de veto de Bolsonaro.

Após críticas, também foi engavetada a ideia de financiar o programa após uma limitação dos pagamentos de precatórios -dívidas do governo reconhecidas na Justiça.

Enquanto isso, a falta de articulação política do governo impediu o avanço de medidas para economizar recursos e abrir espaço no Orçamento, como a reforma administrativa e a PEC Emergência 1, que prevê o acionamento de gatilhos de ajuste fiscal em momentos de aperto financeiro.

Progressão e promoção de carreira no serviço público

Progressão Servidor passa de uma faixa salarial para outra, sem mudar de classe

Promoção Servidor ascende no nível hierárquico]

170 mil servidores serão beneficiados com progressão em 2021

Site:

A vergonha dos fura-filas - ROBERTO FONSECA

ROBERTO FONSECA

Em 10 meses, a pandemia do novo coronavírus tem nos deixado várias lições. Ao mesmo tempo que aflorou uma série de sentimentos nobres em grande parcela da população, como a solidariedade, o cuidado com o próximo e a compaixão, trouxe à tona o lado mais sombrio do ser humano. Falo do egoísmo, da propagação de mentiras e da falta de preocupação com o bem comum da sociedade. E, agora, com o início da vacinação, temos visto o retrato do Brasil do privilégio e da impunidade: o desrespeito à fila.

Denúncias de que políticos, apadrinhados, empresários e **servidores públicos** da área administrativa furam a fila da vacina brotam a todo instante nas redes sociais. Está disseminado pelo país. Ocorre simultaneamente em várias cidades. O Ministério Público promete investigar, mas independentemente de punições - serão raras, quando existirem - é a prova da falência moral de uma parcela da sociedade. É uma elite que faz tudo para manter seus privilégios.

O escárnio torna-se ainda maior quando aliado a tudo isso tem-se a escassez de doses. É sabido que a quantidade existente, hoje, não é suficiente para vacinar todos os grupos prioritários. Ou seja, o desvio de finalidade fará falta. Corre-se o risco de não ter o número suficiente para a segunda dose, o que anularia os efeitos da vacinação. Diante disso, gostaria de saber como se sentem os fura-filas cientes de que estão tomando o lugar de profissionais da saúde que atuam na linha de frente no combate à covid-19, de indígenas, de deficientes e de pessoas idosas? Pelo visto, não se importam. Afinal, fazem questão de postar a imunização nas redes sociais.

O desrespeito aos grupos prioritários da vacinação é mais um capítulo das cenas de falta de civilidade que presenciamos no dia a dia das cidades brasileiras. Furar a fila do banco, da lotérica, do trânsito (em que muitas vezes a manobra coloca outras pessoas em risco), do supermercado é praxe. E fico pensando o que tem que se fazer para mudar o quadro. Que tal aulas de ética em todos os anos do ensino infantil, médio e fundamental? Os maus exemplos precisam ser expostos e condenados. Nunca imitados ou copiados. Compartilhe essa ideia, pelo nosso bem comum.

Centrão já aceita debater pedido de impeachment

Um deputado filiado a um partido do Centrão disse ao **Congresso em Foco** que a palavra impeachment ganhou força nos últimos dias nos grupos de troca de mensagem de parlamentares.

"Antes era uma abstração.

Agora entrou no plano concreto das cogitações. Estou em grupos de colegas de todos os espectros ideológicos. Comenta-se impeachment agora sem constrangimento", conta.

Segundo esse parlamentar, que pediu para não ter a identidade revelada, até mesmo deputados do Centrão, bloco informal de partidos que apoia o presidente Jair Bolsonaro, passaram a levantar essa hipótese na última semana. A inação do governo federal na crise em Manaus que resultou em mortes de pacientes de covid-19 por falta de oxigênio e o atraso na importação de insumos da China insumos para a produção das vacinas são, segundo ele, os principais combustíveis da insatisfação dos deputados.

"Não há, ainda, aquela vibração que havia no impeachment da Dilma. Mas isso pode mudar dependendo da pressão da opinião pública", observa.

O deputado diz que também percebe agitação maior em suas redes sociais, com cobrança de seguidores. "Quando eu comentava algo do governo a repercussão era X. Agora é dez vezes maior. E questionam se vou ficar nas críticas apenas no Twitter", relata.

Uma série de manifestações está prevista para este fim de semana pedindo o impeachment do presidente.

Partidos de esquerda e movimentos que foram às ruas pedir o afastamento da ex- -presidente Dilma Rousseff, como o MBL e o Vem pra Rua estão entre os principais organizadores dos atos. Desde o início do mandato de Bolsonaro, foram apresentados 62 pedidos de impeachment contra ele. Os requerimentos estão na gaveta do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Congresso recebe 62 pedidos de impeachment

Brasília (**Congresso em Foco**) - Em pouco mais de dois anos de governo do presidente da Jair Bolsonaro, foram protocolados 62 pedidos de impeachment contra ele na Câmara dos Deputados. Uma média de dois por mês. Levantamento da Secretaria-Geral da Mesa mostra que, do total, cinco foram arquivados. Quatro por serem considerados apócrifos e um porque a certificação digital utilizada no protocolo do pedido não era do autor.

Os 56 restantes constam como "em análise" (leia a lista completa abaixo). Porém, o termo é apenas protocolar. A decisão de dar andamento aos pedidos depende do presidente da Câmara, posto hoje ocupado por Rodrigo Maia (DEM-RJ), que deixa o comando da Casa daqui duas semanas.

O 62º pedido foi entregue a Rodrigo Maia na quarta-feira (20) e ainda não está na lista oficial compilada pela Secretaria Geral da Mesa. O documento é assinado por 1.450 ex-alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

"É preciso exigir do atual Presidente da Câmara dos Deputados - e dos principais concorrentes à sua sucessão - um compromisso público para recompor a normalidade no exercício do cargo máximo desse país. E é o que pretendemos aqui: sendo guardião da decisão que inicia o processo de impedimento, exigimos que ultrapasse a sua inexplicável inércia; dos candidatos, que se empossados, rejeitem a omissão, cumpram seu dever e deem à nação o direito de respirar democraticamente: instaurem o processo de impedimento!", diz o texto.

Na segunda-feira (11), Maia chegou a dizer que a demora do início da vacinação contra a covid-19 no Brasil pode levar à abertura de um processo de impeachment contra Bolsonaro. A declaração foi feita em entrevista ao portal Metrôpoles. "Talvez ele [Bolsonaro] sofra um processo de impeachment muito duro se não se organizar rapidamente.

Porque o processo de impeachment, você sabe, é o resultado da pressão da sociedade", afirmou Maia ao portal.

Mas, na entrevista Maia avisou que não abrirá processo de impeachment em suas últimas semanas como presidente da Casa. Disse que esse papel

cabará ao novo dirigente da Câmara e que a abertura, no meio do recesso parlamentar e da disputa pelo comando do Congresso, só traria "desorganização".

A pressão para que Maia decida dar prosseguimento aos pedidos de impeachment tem crescido desde o colapso do sistema de saúde em Manaus.

O caos na rede de saúde do Amazonas aumentou as pressões direcionadas a Bolsonaro e ao ministro da Saúde, Eduardo Pazuello.

Enquanto o estado acionava outros países em busca de oxigênio, o presidente e o ministro faziam uma live na qual defenderam principalmente o que chamam de "tratamento precoce" e que envolve o uso de medicamentos sem eficácia comprovada cientificamente contra a covid-19.

A forma como o governo federal tem encarado a pandemia do novo coronavírus colaborou para o aumento do número de pedidos de impeachment de Bolsonaro. Dos 61 protocolados, 54 foram apresentados em 2020, um ano marcado pela crise sanitária.

Em 2019, foram apresentados cinco pedidos de impeachment.

Só em 2021 já foram registrados mais dois. Na noite desta sexta-feira (15), partidos da esquerda anunciaram que devem apresentar mais um pedido de impeachment contra Bolsonaro

Jurista vê crime de responsabilidade

O advogado e professor de Direito, Ronaldo Lemos, defendeu em suas redes sociais que o aplicativo do governo federal, TrateCov, que indica "tratamento precoce" para a covid-19, pode configurar crime de responsabilidade. De acordo com o jurista, uma prova objetiva e "incontestável" é que no código de programação do aplicativo, a palavra cloroquina aparece 86 vezes e ivermectina 113. Nenhum dos medicamentos tem comprovação de eficácia contra covid-19.

Conforme o **Congresso em Foco** mostrou anteontem (20), o aplicativo receita uma série de medicamentos para pacientes com sintomas que podem ser de uma simples resaca até usuários com sintomas graves de covid-19. Ronaldo Lemos aponta que o código de programação é a "materialização de uma tomada de decisão objetiva". E que segue uma "linguagem lógica, não tem espaço para ambiguidades. A decisão de colocar cloroquina e ivermectina é uma decisão de política pública consciente e muito clara." Ainda segundo o advogado, o aplicativo é hospedado nos Estados Unidos e "não tem política de proteção de dados adequada. Viola frontalmente a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) que determina que dados de saúde são dados sensíveis e tem de ser tratados com proteção elevada".

Já para o jurista Antônio Rodrigo Machado, para que haja crime de responsabilidade é importante que tenha o ato do agente público. Ele lembra que é preciso entender se o aplicativo passou pela decisão direta do presidente. "Se sim, aí temos um ato de ofício do presidente da República em ofensa à probidade e ofende garantias e direitos individuais", diz.

"Se de maneira irresponsável ele age contrariamente ao direito das pessoas, ao direito de não se contaminar, de não manter sua integridade física, se ele se utiliza de dinheiro público para promoção de uma política que não tem respaldo científico, isso sim pode ser caracterizado como crime de responsabilidade", pondera.

O advogado lembra, porém, que dizer que o presidente tem responsabilidade sobre o aplicativo é "algo muito distante".

Na opinião de Antonio Rodrigo, os ministros envolvidos na elaboração da ferramenta podem ser responsabilizados pela políticas públicas desenvolvidas por suas pastas.

Nesta quinta-feira (21), o Ministério da Saúde tirou do ar o aplicativo. Ontem o formulário já estava fora de operação, mas ainda podia ser acessado em uma página própria do Ministério da Saúde, por meio de aba anônima do navegador.

Agora já não é mais possível.

O sistema foi lançado na semana passada em Manaus e era destinado à orientação de profissionais da saúde. Em nota, o Ministério da Saúde afirmou que a plataforma foi lançada como um "projeto- -piloto e não estava funcionando oficialmente, apenas como um simulador. No entanto, o sistema foi invadido e ativado indevidamente - o que provocou a retirada do ar, que será momentânea".

Bancada do DEM está dividida

A bancada do DEM, com 29 deputados, está dividida na disputa pela sucessão de Rodrigo Maia (DEM-RJ) na presidência da Casa. Embora Maia seja o principal articulador da campanha de Baleia Rossi (MDB-SP), parte dos deputados do partido do presidente da Casa está com Arthur Lira (PP-AL), apoiado pelo presidente Jair Bolsonaro.

Aliados do líder do PP afirmam que até 20 deputados do DEM podem votar nele. A votação é secreta, o que facilita "traições". Defensores de Baleia Rossi no DEM, no entanto, afirmam que as dissidências na bancada devem chegar a seis, incluindo os ministros Onyx Lorenzoni (Cidadania) e Tereza Cristina (Agricultura), que voltarão à Câmara apenas para votar.

O **Congresso em Foco** apurou que o presidente nacional do DEM, ACM Neto, entrou em campo para tentar reverter os votos pró-Arthur Lira. O ex-prefeito de Salvador estava até então mais focado na disputa do Senado, onde o DEM concorre com Rodrigo Pacheco (MG).

Um dos votos que ACM Neto dá como perdido é o do seu conterrâneo Elmar Nascimento (DEM-BA), que é ligado ao governo federal e tem indicação na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco (Codevasf).

O governo, que quer Lira na presidência da Câmara, começou a exonerar pessoas indicadas por deputados que vão votar no emedebista. O **Congresso em Foco** ouviu deputados do DEM que apoiam Lira. Eles reclamaram do processo de escolha que levou Maia a definir Baleia Rossi como candidato a presidente.

Há queixas de que a bancada do partido não foi consultada sobre a disputa na Câmara e que nomes do DEM que queriam concorrer, como Elmar Nascimento e Luis Miranda (DF), foram ignorados pelo presidente da Câmara.

Outro motivo alegado é a entrada de partidos de esquerda (PT, PSB, PDT, PCdoB e Rede) no bloco de Baleia.

"Historicamente o Democratas sempre combateu politicamente a esquerda. Arthur dialogou com os deputados, apoia nossas bandeiras", disse um deputado do partido sob reserva.

Os deputados Elmar Nascimento e Luis Miranda apoiam publicamente Lira e têm viajado com ele em

atos de campanha.

Nas viagens para conseguir votos, o líder do PP chegou a se reunir com dois governadores do DEM, o de Goiás, Ronaldo Caiado, e o de Tocantins, Mauro Carlesse

Esquenta a disputa no Congresso - NAS ENTRELINHAS

POR LUIZ CARLOS AZEDO

O PSL deixou, ontem, o bloco de apoio ao deputado Baleia Rossi (MDB-SP), candidato a presidente da Câmara, apoiado por Rodrigo Maia (DEM-RJ), atual ocupante do cargo, para adensar a candidatura do líder do Centrão, Arthur Lira (AL), o candidato do presidente Jair Bolsonaro. A mudança se deu porque quatro parlamentares trocaram de lado, formando uma nova maioria na bancada, com 19 dos 36 deputados.

Foi a mais bem-sucedida manobra de Lira para fortalecer sua candidatura estimulando as dissidências internas nos partidos que apoiam Baleia, que, até agora, vinha sendo pautada por declarações públicas. O presidente do PSL, deputado Luciano Bivar (PE), que apoia Rossi, mantém uma queda de braço com o presidente Jair Bolsonaro, que deixou a legenda logo após tomar posse. O grupo dissidente do PSL chegou a apresentar uma lista com 32 assinaturas pedindo a saída do bloco de Baleia, mas dela constavam as assinaturas de 17 deputados bolsonaristas suspensos pelo partido em razão de divergências com Bivar e que não poderiam ser contabilizados.

Com isso, a candidatura de Lira passa a contar com o apoio de 10 bancadas, que somam, atualmente, 232 deputados: PSL, PL, PP, PSD, Republicanos, PTB, PROS, PSC, Avante e Patriota. Permanecem no bloco de Baleia as bancadas de 11 partidos: PT, MDB, PSDB, PSB, DEM, PDT, Cidadania, PCdoB, PV, Rede e Solidariedade, que também trocou de lado, deixando o Centrão. Com isso, essas bancadas totalizam 236 parlamentares. O problema é que essa contabilidade formal não reflete os acordos de bastidores, que são individuais.

O deputado Fábio Ramalho (MDB-MG), candidato avulso, que conta com apoio no baixo clero da Câmara, tem se queixado das pressões do Palácio do Planalto para que seus aliados declarem voto a favor de Lira. A polarização complica muito a situação, também, para a candidata do PSol, Luiza Erundina (SP). Marcelo Freixo (RJ) e mais quatro dos 11 integrantes da bancada defenderam o apoio à "frente ampla" liderada por Baleia Rossi.

A candidatura de Lira sempre manteve vantagem em relação a Baleia, mas o agravamento da crise sanitária e a queda da popularidade do presidente Bolsonaro

contribuíram para embaralhar a disputa. Em contrapartida, a campanha do impeachment iniciada pela oposição está sendo explorada por Lira, para obter mais apoio do Palácio do Planalto, o que se traduz em mais verbas e cargos e retaliações, no caso daqueles que tinham boas relações com o governo, mas são aliados de Baleia.

Senado

A disputa no Senado também está ficando acirrada, porque a radicalização política está colocando em xeque a aliança da bancada do PT com o candidato apoiado pelo governo, Rodrigo Pacheco (DEM-RJ). Suas declarações em apoio a Bolsonaro e contra o impeachment colocaram uma saia justa em líderes históricos do PT, como Jaques Wagner (BA), Humberto Costa (PE), Paulo Paim (RS) e Paulo Rocha (PA), que estão sendo bombardeados nas redes sociais pelos militantes petistas por causa das alianças com os bolsonaristas.

Além disso, velhos cardeais da Casa estão operando para fortalecer a candidata do MDB, Simone Tebet (MS). José Serra pressiona os senadores do PSDB que apoiam Pacheco, liderados por Izalci Lucas (DF), enquanto o tucano Tasso Jereissati (CE) tenta atrair o PDT, a partir de suas relações com Cid Gomes (CE). No MDB, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) desembarcou em Brasília para evitar a "cristianização" de Tebet por senadores emedebistas. O gesto é emblemático, porque Tebet não apoiou a candidatura de Renan contra Alcolumbre. Além disso, os caciques da legenda esperavam apoio do Palácio do Planalto à candidatura do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (PE), o que não ocorreu.

Tanto na Câmara quanto no Senado, o Palácio do Planalto aposta alto e joga pesado, não apenas para garantir a governabilidade do presidente Jair Bolsonaro, mas, também, para avançar na sua agenda de reeleição. O ministro da Economia, Paulo Guedes, diz que a vitória dos aliados do governo permitirá que envie para o Congresso sua proposta de **reforma tributária**, cujo eixo é a criação de um imposto sobre operações financeiras. Essa proposta seria acompanhada do projeto de Renda Cidadã, que substituiria o Bolsa Família e, em tese, garantiria apoio popular para a reeleição de Bolsonaro.

"Teto de gastos não pode ficar intocado", afirma Pacheco

Daniel Weterman / BRASÍLIA

Candidato à presidência do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) afirmou que o teto de gastos não pode ficar "intocado".

Em entrevista ao Estadão/ Broadcast, ele defendeu uma discussão sobre a retomada do auxílio emergencial ou um aumento do Bolsa Família a partir de fevereiro.

Pacheco é apoiado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e pelo presidente Jair Bolsonaro. Fechou uma aliança com nove partidos, entre os quais o PT, que reúnem 41 senadores, sem contar dissidências.

Na disputa, terá como principal adversária a senadora Simone Tebet (MDB-MS), que até agora conquistou a adesão de quatro legendas (28 senadores) à sua campanha.

Diante das críticas e da pressão que Bolsonaro vem sofrendo, Pacheco disse que o impeachment não pode ser banalizado e considerou que a conduta do presidente não representa uma ameaça à democracia.

I Qual é o melhor caminho para o auxílio emergencial?

Temos um compromisso absoluto com o teto de gastos e o ajuste fiscal. Não é possível gastar o que não tem. Todavia, há um estado de necessidade em função da pandemia. Precisamos, enquanto Estado, encontrar uma solução para remediar o problema dessas pessoas mais vulneráveis, seja com auxílio emergencial renovado seja com incremento do Bolsa Família ou de algo assemelhado.

I Poderia ser feito com crédito extraordinário, fora do teto?

A forma de fazer, se é com crédito extra, com cumprimento do teto, rompimento do teto, isso tudo precisamos dialogar com o Ministério da Economia.

Tem que ser rápido porque a fome não espera. Precisamos compatibilizar a observância da rigidez fiscal com a necessidade de ter esse auxílio.

I O teto corre risco com a execução do Orçamento

neste ano. A regra precisa ser rediscutida?

Seria difícil. Exigiria mudança de regra e muita boa vontade e sacrifício do governo federal e do País. Essa é uma discussão que devemos fazer à luz da técnica, dos números, do regramento, mas à luz também da sensibilidade humana e política de atender às pessoas.

I Então o teto de gastos não vai ficar intocado?

O teto não pode ficar intocado em um momento de extrema necessidade em que é preciso salvar vidas. Obviamente, essa rigidez pode ser relativizada, mas vamos trabalhar muito para que não seja relativizada.

I O governo errou na condução da vacinação contra a covid-19?

Vejo erros e acertos do governo federal, dos estaduais e das prefeituras. Não vejo erro deliberado, com vontade de errar, especialmente em um tema que sacrifica a população. São erros decorrentes do inusitado da situação. Agora, temos que reunir o Congresso e buscar mais acertar do que errar.

I Durante a pandemia, é possível avançar com alguma pauta fora do combate à covid-19?

Podemos evoluir com a **reforma tributária** e administrativa, não necessariamente nos moldes concebidos pelo governo federal.

I **Reforma tributária** com CPMF?

A **reforma tributária** não pode ser errada e sacrificar setores inteiros e Estados. Não se pode criar mais um imposto sem modificar os atuais. É até aceitável se pensar na criação de um tributo, desde que haja desoneração na outra ponta, um sistema que não imponha sacrifício ao contribuinte. Aí, eventualmente, pode ser discutido, cria CPMF e desonera a folha.

Acho que este ano a reforma sai do papel e vira realidade.

I Tem ambiente para discutir privatizações? O Congresso pode aprovar a privatização da Eletrobras neste ano?

Tem espaço para discutir privatizações.

Eu defendo o conceito, mas não pode ser entreguismo sem critério num momento de muita dificuldade econômica, porque, se não, vira uma gota de água na chapa quente do orçamento. Não é raciocínio fácil dizer que a Eletrobras precisa ser vendida. Episódios recentes demonstraram que a iniciativa privada é muito boa, mas por vezes não tem o compromisso social que o setor público tem, vide o que aconteceu no Amapá.

I Em 2018, o sr. disse que chegaria ao Senado para "dar uma chacoalhada naquilo lá". O que pretende fazer agora?

A pandemia é o mote principal.

O foco haverá de ser a preservação da saúde pública, um programa social e o crescimento econômico a partir das reformas que sejam necessárias.

I Bolsonaro declarou ter simpatia pela sua candidatura. O sr. é o candidato do governo?

Eu sou candidato dos senadores e das senadores. A manifestação do presidente foi por mim muito bem recebida. Não há interferência do presidente Bolsonaro. É uma sinalização positiva de que podemos ter um ambiente de pacificação nos próximos dois anos, mas sempre resguardada a independência do Senado.

I Um advogado criminalista disputando a presidência do Senado é uma ameaça à Lava Jato?

Não podemos considerar um partido A ou B como inimigo da Lava Jato. A operação cumpriu e cumpre papel importante por alcançar toda e qualquer pessoa, mas não se pode atropelar a Constituição. É questão interna corporis da Procuradoria-Geral da República a manutenção ou não da Lava Jato. Não haverá da minha parte resistência a pautas de moralidade, ética e combate à corrupção. Essa é uma pauta do Senado, não da Lava Jato.

I Cresce a pressão pelo impeachment do presidente Bolsonaro.

Tem espaço para discutir isso?

Impeachment é algo muito grave, que abala as estruturas da República e que precisa ter fundamento de fato e jurídico.

Nós já tivemos dois episódios de impeachment recentemente.

Não foram passagens boas para a estrutura da República.

Justo ou não, é sempre um episódio ruim da vida nacional.

Não podemos banalizar o instituto do impeachment. De qualquer forma, minha percepção de nada vale neste momento porque, caso haja algum pedido, será submetido à Câmara.

I Vê crime de responsabilidade nos pedidos feitos até agora?

Seria leviano da minha parte dizer.

Isso é um exame que tem que ser muito apurado, responsabilmente feito.

I O presidente participou de atos pelo fechamento do Supremo Tribunal Federal e do Congresso.

Recentemente, falou que as Forças Armadas decidem se o país vai viver em uma democracia ou em uma ditadura. Isso preocupa?

Vivemos numa democracia.

Há divergências que, às vezes, evoluem para atritos. E esses atritos, por vezes, têm algum tipo de rispidez. A democracia do Brasil está consolidada. Obviamente, teremos toda a observância e cautela para preservar a defesa do estado democrática de direito. Há uma distância muito longa entre manifestações e ameaça concreta às instituições democráticas. Não acredito que passe pela cabeça do presidente qualquer iniciativa de ruptura democrática.

I Pretende reativar o Conselho de Ética para analisar as representações contra Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) e Chico Rodrigues (DEM-RR)?

O conselho deverá ter funcionamento oportuno assim que as regras sanitárias permitirem.

I O Senado vai pautar a prisão em segunda instância, se o sr. se tornar presidente?

Aguardamos a elaboração da Câmara de algo que concilie o anseio da sociedade com a observância do princípio da culpabilidade.

É preciso compatibilizar o trânsito em julgado com o efeito da pena.

Na Câmara, PSL agora apoia Lira

O PSL mudou de posição e aderiu formalmente ao

bloco de apoio do candidato Arthur Lira (Progressistas-AL) à presidência da Câmara, ampliando as divergências no partido. Com a segunda maior bancada, composta por 52 deputados, a legenda havia anunciado aval a Baleia Rossi (MDB-SP). Deputados da ala dissidente, porém, se uniram para obter maioria. O apoio do partido a Lira já consta agora do sistema da Câmara. Baleia disse que vai "trabalhar" para que essa formação não seja consolidada em 1.º de fevereiro, dia da eleição.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tributária deve sair este ano, diz Bolsonaro

Anne Warth, Emilly Behnke, Daniel Galvão

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que o governo buscará fazer a **reforma tributária** "no corrente ano" e negou que o objetivo seja aumentar **impostos**.

Segundo o presidente, se a reforma provocar aumento de **tributos** é "melhor deixar como está".

A **reforma tributária** é uma das apostas do governo para a retomada da economia após a pandemia da covid-19. Bolsonaro disse que hoje as empresas "gastam muito tempo e gastam muito dinheiro" com os cálculos de prestações de contas e, por isso, a ideia do governo é "simplificar" o sistema.

"Vamos, se Deus quiser, fazer a **reforma tributária** no corrente ano. E o que eu falei com o Paulo Guedes? Eu não sou economista, mas fazer as quatro operações a gente sabe fazer. No final das contas, não podemos ter majoração da carga tributária, senão deixa como está", disse.

Ontem, o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), candidato apoiado pelo Planalto na disputa pela presidência do Senado, reconheceu que há discussões sobre a criação de um novo imposto nos moldes da extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), mas afirmou que somente apoiará a iniciativa se houver medidas compensatórias, como a desoneração da folha salarial.

Conforme o Estadão revelou, o ministro da Economia, Paulo Guedes, pretende rerepresentar a proposta do novo imposto se o deputado Arthur Lira (PPAL), candidato à presidência da Câmara, vencer a eleição de fevereiro.

Bolsonaro disse ainda que é importante ter uma boa relação com o Congresso para que projetos de interesse do governo sejam pautados. Ele reclamou do fato de que uma medida provisória de regularização fundiária ter caducado e prometeu rerepresentá-la neste ano.

"Hoje em dia estamos tendo um bom relacionamento com Câmara e com o Senado", disse Bolsonaro, sem mencionar o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), seu desafeto político.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Arminio: "País arrumado" não tiraria ajuda de uma vez

JOÃO SORIMA NETO - SÃO PAULO

Um "país mais arrumado" na área fiscal não retiraria o auxílio emergencial de forma abrupta. A avaliação é do ex-presidente do Banco Central e fundador da Gávea Investimentos, Arminio Fraga, em evento virtual da agência de classificação de risco Fitch sobre perspectivas econômicas do Brasil e de outros países da América Latina.

Para Arminio, a falta de espaço fiscal e de credibilidade do Brasil, no entanto, criam um constrangimento para que seja reintroduzido o estado de calamidade (que permitiu ao governo aumentar gastos) novamente em 2021 por causa da pandemia.

-Um país mais arrumado não retiraria o auxílio emergencial de uma vez. É como se fosse uma cortisona. Deu uma dose enorme, talvez até exagerada. Eu vejo o mundo político sensível a isso, como não podia deixar de ser. Por outro lado, vejo os economistas, analistas e o próprio mercado dando sinal na direção oposta -disse Arminio.

Para ele, o governo será reativo e "só agirá por medo":
-Se os problemas se mostrarem mais graves, talvez até aprove alguma coisa.

Arminio lamentou que a agenda de criação de oportunidades no país, que permite a mobilidade social, parece ter sido abandonada: - O auxílio emergencial não pode ser enxergado como uma resposta a esse desafio. Ele foi uma resposta à crise. Falta uma agenda de mobilidade social mais completa.

Ele projeta vitória da ciência contra a Covid-19 se o Brasil se organizar para a vacinação, mas observa que, na economia, o cenário é de incerteza: -Havia expectativas, ainda que modestas, como a aprovação da PEC Emergencial, para dar um pouco de apoio e ancorar o lado fiscal. Mas não aconteceu. Entramos em 2021 pensando nas eleições do Congresso. O quadro fiscal é frágil e, a meu ver, muito prejudicial para a confiança de investimento. Vejo um ano difícil, não consigo ter uma visão positiva-afirmou.

Para Arminio, a saída da Ford do país foi uma espécie de chamado para o governo "acordar". Sobre uma **reforma tributária**, ele avalia que haverá um passo na direção de um IVA federal, que agregue **impostos**

como PIS/Cofins. Mas vê pouco espaço para uma reforma administrativa, porque falta "apoio do topo".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Em live, Bolsonaro proíbe resposta de Araújo sobre Biden

Fabio Murakawa De Brasília

O presidente Jair Bolsonaro proibiu ontem o chanceler Ernesto Araújo de responder a uma pergunta sobre a mudança de postura dos Estados Unidos sobre o aborto na Organização Mundial da Saúde (OMS). E, referindo-se a possíveis atritos com os americanos na área ambiental, ele afirmou que também há incêndios florestais na Califórnia.

A pergunta a Araújo foi feita por um jornalista da Jovem Pan na live semanal do presidente nas redes sociais. O jornalista se referiu à revogação pelo americano Joe Biden de uma lei que corta doações a entidades que defendam a legalização do aborto.

O presidente, entretanto, antecipou-se ao auxiliar. "Acho que não é o caso de entrar na política interna de outros países. Fala alguma coisa, mas sem interferir."

Apesar da ordem para que Araújo não comentasse "a política interna de outros países", Bolsonaro criticou abertamente a Argentina, que em dezembro aprovou via Congresso a legalização do aborto no país.

Araújo, que assim como Bolsonaro insinuou ter havido fraude das eleições americanas, disse então que "tem tudo para ser uma boa relação com os EUA", agora presididos por Joe Biden.

"Temos interesses na segurança, na promoção da democracia aqui na América do Sul, econômico, trabalhar juntos no meio ambiente. Por que não?", afirmou. "Assinamos um memorando de cooperação ambiental em novembro, esperamos manter."

Para o chanceler, "o Brasil tem que ser visto por aquilo que nós somos, e não pelas distorções que saem infelizmente em grande parte da mídia".

Criticado mundialmente pela alta dos incêndios florestais e do desmatamento na Amazônia em seu governo, Bolsonaro, então, disse: "Fogo pega no mundo todo, inclusive na Califórnia".

Na campanha eleitoral, Biden ameaçou retaliar o Brasil caso os índices de desmatamento na Amazônia não melhorassem. Bolsonaro respondeu insinuando a possibilidade de entrar em guerra com os EUA: "Quando acaba a saliva, tem que ter pólvora".

Na transmissão ontem, o presidente disse também que as Forças Armadas jamais aceitariam "o convite de uma autoridade de plantão" para "enviesar para um caminho diferente da liberdade". Ele fez a afirmação quando se referia à situação da Venezuela, que classificou como uma ditadura.

"Um grande pilar da nossa democracia são as nossas Forças Armadas", disse Bolsonaro. "As Forças Armadas jamais aceitariam o convite de uma autoridade de plantão, no caso um presidente da República, de viesar para um caminho diferente da liberdade."

A fala de Bolsonaro ocorre depois de seguidos pronunciamentos dele que foram interpretados como uma ameaça ou um convite velado a que os militares aderissem ao golpe.

Na segunda-feira, ele disse que "quem decide se o povo vai viver em uma democracia ou ditadura são as suas Forças Armadas".

Bolsonaro disse também que pretende fazer a **reforma tributária** neste ano. "Vamos fazer a **reforma tributária** no corrente ano. Não podemos ter majoração da carga tributária. [Se for para isso,] deixa como está", disse. "O objetivo é simplificar os **impostos**. As empresas gastam muito tempo, muito dinheiro com isso."

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186640

Saída da Ford do Brasil: carga tributária ou guerra fiscal além das fronteiras? (2)

Giuliano K. Gioia e Inácio Nogueiro Especialistas fiscais na Sovos, pioneira em Digital Tax para o Compliance Fiscal das empresas

Quando uma empresa resolve sair do Brasil, a primeira indicação anunciada para tal motivação é a carga tributária. Claro que sabemos que o sistema é complexo e oneroso, isso não é novidade para ninguém, mas quando tratamos do setor automobilístico devemos considerar os inúmeros subsídios que foram concedidos pelo governo a este segmento, que se beneficia ao longo dos anos e em todas as esferas: federal, estadual e municipal. Olhando o cenário atual, assim como a Ford, todas as fabricantes amargaram os efeitos da crise causada pela pandemia e foi unânime a condição de rever as estratégias para conseguirem superar o impacto, que retrocedeu o crescimento previsto no Brasil e deve voltar ao patamar de 2019 somente no final de 2022. Mas há luz no fim do túnel: segundo o IBGE, a produção industrial brasileira já aponta sinais de crescimento e, em se tratando da produção de automóveis, estamos 0,7% acima do período pré-pandemia, isso porque ainda há escassez de material, mas a demanda começa a voltar.

Se o cenário é igual para todas as fabricantes, qual foi então o motivo para a saída da Ford do Brasil? Ao que tudo indica, um conjunto de fatores culminaram para esta decisão, que já vinha sendo tomada há alguns anos. Perda de participação de mercado frente à concorrência, falta de investimentos em inovação, fechamento da fábrica de São Bernardo do Campo, prejuízos bilionários desde 2013 e um passivo trabalhista gigantesco. São inúmeros fatores que acarretaram o fim da operação, mas não somente a carga tributária.

Com todos esses problemas à frente, somado a um custo Brasil altíssimo e um ambiente econômico incerto, além de uma **reforma tributária** que parece não ampliar os benefícios a essa indústria, assim como o fechamento da torneira pelo governo para os incentivos - afinal de contas apenas empregar não é o suficiente para receber tantas vantagens, veio a decisão: vamos fechar e partir para um país vizinho. E lá se foi a Ford incitar uma guerra fiscal não entre estados e município brasileiros, como é muito comum, mas sim em outro território. A Argentina, que sabemos estar numa situação bem mais escassa que o Brasil,

de certo ofereceu condições favoráveis para geração de receita e emprego.

E para a Ford, basta exportar da Argentina para o Brasil a um custo baixo apoiado pelos benefícios do Mercosul. E a conta fecha.

Fecha mesmo? Por aqui, desemprego direto e indireto, cidades que economicamente dependem dessas fábricas, que foram instaladas com benefícios concedidos por anos, e 103 anos de uma operação local. E com todo esse cenário, ainda fica a pergunta sobre os sindicatos, aqueles que tinham tanta força em negociação. Eles também foram pegos de surpresa?

O resumo desta decisão, que segundo a montadora faz parte de uma estratégia global, é a de que após receber diversos subsídios por meio de incentivos fiscais no Brasil, agora chegou a vez da Argentina.

Site:

http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_7B7F85009E8CDD948EEDA4596787C7BF1845B077C519F118C9E187374AEF3A96A71CDDDB39CD9E3DBA16D4E4CB4AC9FBF0675E139AC00E57E338942B35C62733F58EED64E6C7BAA8261C94977654F548BB2A850273C7FF1D4ED25C8D513EBF50852E5F91BC6A6D9718C1D23F7CEB56E774F224AD1ABAD3FEA515DAA

Especialistas discutem tributação

Formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutore Mestre em Direito Tributário pela PUC/SP

A **Reforma Tributária** gera debates em todos os setores econômicos pelos impactos e dúvidas que traz e, em breve, será a principal pauta no Congresso Nacional. Um dos pontos cruciais dos embates está no fato de que o Brasil possui um sistema tributário considerado injusto, já que possui um dos maiores índices do mundo na taxaço do consumo.

De tudo o que o governo brasileiro arrecada, 50% é proveniente de **impostos** sobre o consumo, enquanto que países como Estados Unidos, Japão, França, Alemanha e Espanha possuem números liem mais modestas na casa dos 20%.

"O Brasil privilegiou a tributação sobre o consumo, focando a carga tributária principalmente no processo produtivo, comercialização e prestação de serviços, tendo cinco **tributos** principais que incidem sobre o consumo, com várias características e regimes de tributação", adianta André Felix Ricotta de Oliveira, um dos palestrantes da live Tributação sobre o consumo.

Evento que discutirá essas ações é promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário, com participação do professor André Félix Ricotta de Oliveira.

Site: <https://issuu.com/jornalalobrasilia>

Pandemia atrasou reforma tributária

Aclamada no início de 2020 como a prioridade do Congresso Nacional e do país, a **reforma tributária** acabou sendo adiada em razão da pandemia do novo coronavírus e também por divergências políticas que dificultaram o debate no Senado e na Câmara.

A alteração no sistema de cobrança de **impostos** começou a ser cogitada em janeiro de 2020. Antes mesmo do início do ano legislativo, o presidente Davi Alcolumbre defendia o diálogo entre o Palácio do Planalto e as duas Casas do Congresso. Otimista, ele acreditava na aprovação da matéria no primeiro semestre daquele ano.

- Não adianta termos uma proposta na Câmara e outra no Senado sem ter a participação efetiva do governo. A palavra é conciliação. Uma conciliação da Câmara, do Senado e do Poder Executivo para entregarmos para a sociedade brasileira uma proposta que faça com que os empreendedores e a população possam se ver contemplados em uma reforma que vai melhorar a vida das pessoas -- afirmou.

Na mensagem enviada ao Congresso para a abertura dos trabalhos legislativos, o presidente Jair Bolsonaro sinalizou a favor de uma **reforma tributária**.

"A evolução das reformas proporcionará uma grande contribuição para o crescimento da produtividade da economia", escreveu. Na ocasião, o Poder Executivo recomendava prioridade para duas propostas de emenda à Constituição em tramitação na Câmara e no Senado: a PEC 45/2019 e a PEC 110/2019.

Governo pode ser obrigado a recorrer a novos auxílios

A possibilidade de a pandemia ser pior em 2021 do que em 2020, conforme previu o presidente do Instituto do Butantan, Dimas Covas, vai atrapalhar o ritmo de recuperação econômica e exigir que o governo implemente novas políticas de auxílio à população e às empresas, segundo economistas.

Os problemas no cronograma de vacinação também comprometem a retomada econômica e afetam sobretudo o setor de serviços, mais dependente de dinâmicas que envolvem contato social do que comércio e indústria.

A equipe econômica, no entanto, avalia que o atual cenário ainda não demanda o retorno de medidas como o auxílio emergencial, embora veja com preocupação o aumento de casos de covid-19.

Especialistas ouvidos pela reportagem avaliam que os setores mais afetados pela crise sanitária no ano passado, como bares, restaurantes e transportes, sejam novamente os principais prejudicados por um recrudescimento da pandemia.

Nesse cenário, medidas mais restritivas à circulação seriam adotadas, como redução do tempo de abertura dos comércios, o que poderia derrubar a retomada vista nos últimos meses.

Rodolpho Tobler, pesquisador do FGV Ibre, vê com preocupação a possibilidade, por exemplo, de São Paulo voltar a adotar medidas mais restritivas de circulação e funcionamento de empresas, como aventado por Covas, do Butantan.

O baque poderia ser maior do que o visto no ano passado dada a ausência do auxílio emergencial - o saque das parcelas residuais do benefício terminam nestemês - e a reação ainda lenta do mercado de trabalho.

Mercado de trabalho "Teríamos uma quantidade grande de pessoas sem renda. O governo teria que ver se tem espaço no Orçamento para fazer algum outro tipo de auxílio", avalia Tobler.

Para ele, a volta para uma fase mais restritiva de isolamento em todo o país seria um obstáculo para a recuperação da economia e, em especial, ao mercado de trabalho - desde o início da pandemia, a retomada

da atividade esteve atrelada à flexibilização dessas medidas.

O segmento de serviços prestados às famílias, como alimentação fora de casa, segue 34,2% abaixo do nível pré-pandemia, embora tenha crescido 98,8% desde maio. Outro setor afetado pela redução na circulação de pessoas, os transportes ainda estão 5,4% abaixo do patamar de fevereiro, apesar do ganho de 26,7% de maio a novembro.

Por outro lado, comércio e indústria foram menos impactados pela pandemia graças ao poder de compra ampliado pelo auxílio emergencial.

Thiago de Moraes Moreira, do Ibmec, também condiciona a retomada da economia ao controle da pandemia. Sem isso, ele avalia que toda projeção de recuperação, principalmente do setor de serviços, fica comprometida. (Diego Garcia, da Folhapress)

Pela vacinação em massa

O economista Thiago de Moraes Moreira vê com preocupação os problemas enfrentados pelo Brasil para promover a vacinação da população.

O atraso na vacinação vai prejudicar sobretudo os segmentos de serviços que vinham se recuperando, como alimentação.

"A economia dependeu do auxílio [emergencial] em 2020. Com atrasos significativos na disponibilização da vacina, vamos mais uma vez depender dessas políticas de transferência [de renda], que amenizam [o impacto da covid-19] no aspecto econômico", diz.

Fernando Pimentel, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confecção (Abit), defende a vacinação em massa dos brasileiros como caminho para a retomada econômica.

"O comércio ficou parado 90 dias, funcionando só atividades essenciais.

Se isso vier a ocorrer novamente, os governos vão ter que atuar de novo para minimizar os impactos", disse Pimentel.

Ele defende que o governo considere voltar com

medidas de flexibilização de jornada e salário, pagamento antecipado de 13º e abono salarial, além de não aumentar a carga tributária das empresas.

"Diante da situação em que vivemos, seria o pior dos mundos: mais restrição das atividades com mais aumento de carga tributária. O principal é salvar vidas e emseguida empresas e empregos. E dar o suporte necessário. Não é hora de termos um avanço dos **tributos**."

SAIBA MAIS

» Funcionários de concessionárias e trabalhadores de fábricas da Ford fizeram ontem protestos em frente a lojas oficiais da marca de veículos em São Paulo. Na capital, a manifestação foi organizada pela União Geral dos Trabalhadores (UGT) e pelo Sindicato dos Comerciários. O movimento faz parte de um conjunto de ações aprovadas pelas centrais sindicais contra o fechamento da Ford. Cerca de 200 funcionários de concessionárias da Grande São Paulo e do interior fizeram um ato em frente à Sonnervig, concessionária Ford localizada no Ipiranga, zona sul de São Paulo. José Gonzaga, diretor da central sindical e do sindicato, diz que 35 mil funcionários de lojas da Ford estão sob risco de demissão. No dia 11 de janeiro, a empresa anunciou que não vai mais produzir carros no Brasil e fechará três fábricas.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/edicao-93fc5aed8c051ce4538e052cfe9f8692.pdf

Fisco já pode pedir falência de empresa em dificuldade

A partir de amanhã, a União ganha "superpoderes", como têm sido chamados por advogados, para cobrar dívidas tributárias de empresas em recuperação judicial. A Lei n- 14.112, ou a nova Lei de Falências, entra em vigor neste fim de semana e abre a possibilidade de procuradores da Fazenda pedirem a falência de companhias em dificuldades se atrasarem o pagamento de parcelamentos de impostos ou não cumprirem acordos.

O volume de recursos em jogo é grande. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional identifica um estoque de dívida de empresas em recuperação no valor de R\$ 109,6 bilhões. Desse total, R\$ 96 bilhões não foram negociados, parcelados ou suspensos por decisão judicial.

Além da União, os Estados e municípios também poderão requerer a falência, desde que ofereçam parcelamentos tributários especiais ou acordos para as empresas. A medida valerá também para os casos de esvaziamento patrimonial - quando há venda ou ocultação de bens para frustrar os credores.

Levantamento do Instituto das Empresas em Recuperação judicial mostra que a dívida fiscal acumulada em 2018, nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), era de R\$ 455 bilhões. De lá para cá, foram apresentados novos pedidos de recuperação. Em 2020, foram 1.179 requerimentos.

A falência por esvaziamento patrimonial é um dos pontos que mais causam apreensão aos especialistas. "Esse trecho da lei é muito subjetivo. Não existe um critério balizador. Preocupa, e muito, a forma como o Fisco vai se utilizar disso", afirma a advogada Ana Carolina Monteiro.

Advogados destacam ainda um outro ponto: os juízes perderam poder com a nova lei. Atualmente, a jurisprudência permite ao magistrado liberar bens essenciais de bloqueios ou penhoras para o funcionamento da companhia. A partir de agora, o juiz só poderá determinar a substituição do bem bloqueado. Página 11

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186640

Atividade subiu 1,1% em novembro, diz FGV

A atividade econômica no Brasil subiu 1,1% em novembro de 2020 ante outubro do ano passado, segundo leitura do Monitor do **PIB**, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Três atividades econômicas impulsionaram a alta: indústria, serviços e Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). Houve aumentos respectivos de 0,7%, de 0,9% e de 1,2%.

Mesmo com aumento na margem, o indicador não dá sinais concretos de retomada sustentável na economia nos meses posteriores, afirmou o economista da fundação, Cláudio Considera.

No Monitor, o **PIB** também sobe 4,4% no trimestre móvel finalizado em novembro ante o encerrado em agosto. A economia ainda cai 0,6% ante novembro de 2019, e recua 1,7% no trimestre até novembro de 2020 frente a igual período do ano anterior. Para Considera, o resultado na margem foi sustentado por discreta melhora nos indicadores pelo lado da oferta, principalmente serviços. Mas esses mesmos indicadores não apresentam, até o momento, condições para continuar a subir em 2021, em cenário incerto sobre vacinação.

Considera chamou atenção para características de novembro de 2020, quando ocorreram eleições municipais, com maior número de pessoas a circular nas ruas; e maior ritmo de abertura de atividades de serviços, após restrições iniciadas a partir de março do ano passado, quando começou a pandemia no Brasil. Isso ajudou a elevar resultados dessas atividades, com impacto positivo no Monitor.

Ele comentou que, os sinais de agora, de janeiro desse ano, são de crescimento no número de casos de covid-19 em todo o país. Isso eleva a cautela e reduz a circulação de pessoas, notou ele. Ou seja: na prática, a condição que favoreceu a taxa de crescimento em serviços, por exemplo, está arrefecendo.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186640

A reforma administrativa, para além das despesas (2)

Por Cecílio de Souza

Foco deveria ser a organização e funcionamento da administração pública.

A eminência de uma reforma administrativa, que dentro do contexto brasileiro se faz cada vez mais necessária, vem aquecendo bastante o debate sobre o tema. Nesta perspectiva, a maior parte dos especialistas aponta como cerne da questão a redução das despesas, entretanto, o foco deste debate deveria ser como promover uma melhor organização e funcionamento da administração pública como um todo.

A emergencial necessidade de reduzir despesas com pessoal parece ter sido atenuada após a divulgação do relatório elaborado por uma equipe do Banco Mundial em outubro de 2019, onde foram apresentadas, de forma explícita, algumas distorções do funcionalismo público brasileiro. O estudo aponta que, em termos comparativos, o gasto do setor público brasileiro com folha de pagamentos é alto para os padrões internacionais e, a partir de uma análise comparativa da massa salarial como percentual do **PIB**, observa-se que estes gastos continuam altos quando comparados com diferentes grupos de países.

O documento ainda salienta que existe uma alta dispersão salarial entre os servidores, acentuando a desigualdade entre as carreiras, principalmente porque os reajustes não são iguais entre as distintas categorias.

Vale ressaltar que o equilíbrio fiscal é de suma importância para que se tenha um ambiente macroeconômico propício a um crescimento sustentável, entretanto, a economia financeira - que seria muito bem-vinda - deveria ser "apenas" uma das consequências da reforma e não o objetivo central. O corte de despesas pode ser uma condição necessária, mas não o suficiente para promover os ganhos substanciais de produtividade que o setor público precisa.

Uma melhor organização do Estado está diretamente associada com algumas questões que vêm sendo pautadas com bastante ênfase pela sociedade. Quando se conversa com um usuário constante dos serviços públicos, sobretudo serviços que são

considerados prioritários, o descontentamento é grande, assim como a dependência dos brasileiros de tais serviços.

Pesquisas recentes do IBGE evidenciam a necessidade dos brasileiros dos serviços prioritários. Na saúde, os estudos mostram que 70% da população depende exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS). Na educação, as escolas públicas atendem mais de 80% do total de alunos do ensino fundamental e médio.

Outro serviço de extrema importância que tem deixado bastante a desejar e levado a questionamentos sobre o modo de operar é a segurança pública, que demonstra cada vez menos atender às necessidades da população frente à violência e outras questões de segurança pública, como também se mostra ineficiente dado o elevado padrão de gasto público com a pasta, seja em gasto com policiamento ou Justiça, e os elevados índices de criminalidade que o país apresenta.

Sendo assim, aparenta ser cada vez menos sustentável, tanto do ponto de vista do orçamento quanto do social, uma vez que os direcionamentos são no sentido de confronto e guerra, colocando a população e os próprios agentes de segurança em risco.

Até mesmo as políticas públicas mais bem desenhadas possuem graves falhas de gestão ao serem postas em prática. O grande exemplo disso é o SUS, uma política tida como exemplar e que coloca o Brasil na posição de tomador de decisão no cenário internacional quando o assunto é política de saúde, mas que internamente, apesar de muito importante, tem suas nítidas ineficiências testemunhadas por quem mais depende desse serviço, o que ressalta ainda mais a necessidade de reforma.

A desorganização da máquina pública impacta em cheio o problema da baixa mobilidade social, a qual o economista Paulo Tafner defende ser freio ao crescimento. Segundo Tafner, a baixa mobilidade prejudica não apenas os indivíduos que nascem pobres, mas trava o potencial de crescimento e desenvolvimento da sociedade como um todo.

A PEC 32/2020, que "unifica" os principais pontos da

reforma administrativa, está em posse do Congresso Nacional. A Constituição diz que uma proposta de emenda deve ser discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional em dois turnos e só pode ser aprovada se obtiver em ambos três quintos dos votos de senadores e deputados. Depois de aprovada, uma emenda constitucional não se submete à sanção do presidente da República. Ela é promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado, passando a integrar definitivamente o texto da Constituição.

Possivelmente, a PEC só deve voltar a ter foco nas casas legislativas após as eleições marcadas para o próximo dia 1 de fevereiro, que definirão os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado pelos próximos dois anos. Enquanto isso, o ministro da Economia, Paulo Guedes, defende sua importância através da ênfase na ótica das despesas, afirmando que a PEC pode garantir, em 10 anos, uma economia entre R\$ 300 bilhões e R\$ 450 bilhões aos cofres públicos.

O debate sobre a necessidade da reforma tem que ir além e discutir também o que deveria ser a principal razão da reestruturação do Estado: a melhoria da qualidade dos serviços públicos, que permita uma vida mais produtiva à sua população atual e às futuras gerações. Como ressalta Edmund Burke em seu famoso trecho: "O Estado é uma associação de toda ciência, de toda arte, de toda virtude e de toda perfeição [...] uma associação não apenas entre os vivos, mas também entre os mortos e os que irão nascer".

1. As ideias e opiniões expressas no artigo são de exclusiva responsabilidade do autor, não refletindo, necessariamente, as opiniões das instituições das quais ele faz parte.

A desorganização da máquina pública impacta em cheio o problema da baixa mobilidade social

Marlon Cecilio de Souza é economista pela UERJ e pós-graduando em política e sociedade pelo IESP-UERJ. Atualmente trabalha como analista de crédito no Bank of New York Mellon.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186640